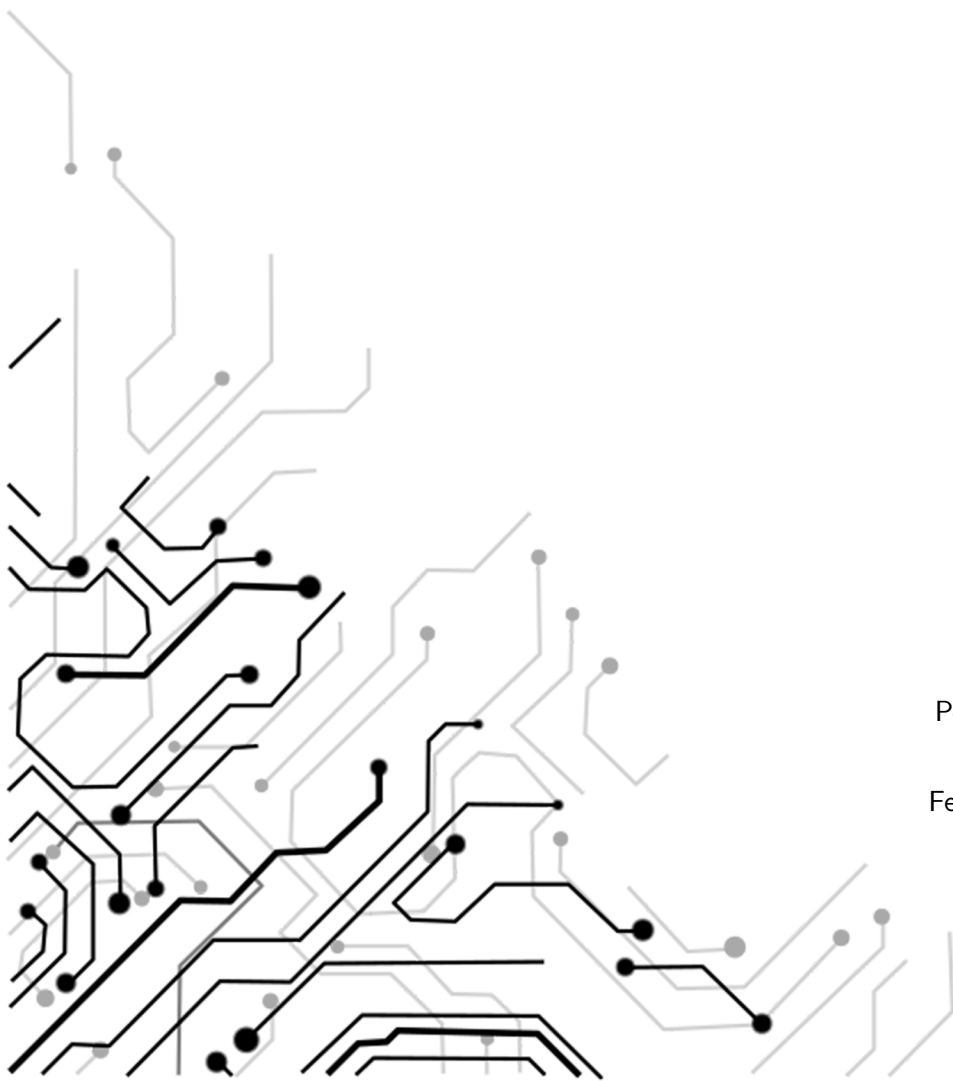


**Revisão bibliográfica**

**Conhecendo a Conta de Luz**

Porto Velho, RO  
Versão 1.0  
Fevereiro de 2022



## Identificação

*Título:* Revisão bibliográfica: Conhecendo a Conta de Luz

*Projeto:* Engenharia Elétrica, projeto de extensão

*Data:* Fevereiro de 2022

*Local:* Porto Velho, RO

*Versão:* 1.0

## Revisões

<b>Data</b>	<b>Alterações / Comentário</b>	<b>Revisor</b>
2022.02.14	Criação do documento.	Diogo Fernandes C. da Fonseca

## **Universidade Federal de Rondônia – UNIR**

**Reitora** (Gestão 2018–2022)

PREENCHER

**Vice-reitor**

PREENCHER

## **Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica - DAEE**

**Diretor**

PREENCHER

**Vice-diretor**

VICE DIRETOR DA SILVA

## **Docentes Responsáveis**

PROFA. DRA. MAUREN POMALIS C.S.

PROF. DR. LUCAS FEKSA RAMOS

## **Discentes Participantes**

ANA CAROLINA RODRIGUES CUNHA

ANDRESSA DA SILVA XAVIER VALLE

DIOGO FERNANDES COUCELLO DA FONSECA

JEIMISSON DA SILVA MARQUES

LETÍCIA MARIA DE SOUZA LUCENA

PEDRO LUCAS SAVEDRA MAZETTI

© *copyright* 2022 DAEE – Todos os direitos reservados

---

Conhecendo a Conta de Luz / Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica. –  
Porto Velho, RO: Universidade Federal de Rondônia, Fevereiro de 2022-  
47 p. : il. (algumas color.) ; 29,7 cm.

Revisão bibliográfica – Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica, Fevereiro de  
2022;  
Versão final.

ISSN:

1. Conta de luz; 2. Energia elétrica; 3. Sistema Tarifário. I. Título

CDD 99.999

---

# Sumário

Sumário	5	
Lista de ilustrações	7	
Lista de tabelas	8	
1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Por que é importante conhecer a conta de luz?	12
1.2	O que é?	13
1.3	De onde vem?	14
2	SISTEMA TARIFÁRIO BRASILEIRO	16
2.1	Órgão regulador	16
2.2	Tarifas de energia	16
2.2.1	Entendendo a tarifa	17
2.2.2	Tarifas consumidores	17
2.3	Composição das tarifas	17
2.4	Estrutura tarifaria	19
2.5	Encargos Setoriais	22
2.5.1	Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	22
2.5.2	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	25
2.5.3	Reserva Global de Reversão – RGR	26
2.5.4	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	26
2.5.5	Encargo de Serviço de Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER	27
2.5.6	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	28
2.5.7	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/EE)	28
2.5.8	Contribuição dos Associados – ONS	28
2.5.9	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	29
2.6	Tributos	30
2.6.1	Tributos Federais	30
2.6.2	Tributos Estaduais	31
2.6.3	Tributos Municipais	31

<b>3</b>	<b>OPORTUNIDADES E CURIOSIDADES DA CONTA DE LUZ . . .</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Pré-pagamento . . . . .</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE . . . . .</b>	<b>34</b>
<b>3.3</b>	<b>Tarifa Branca . . . . .</b>	<b>35</b>
<b>3.4</b>	<b>Programa luz para todos . . . . .</b>	<b>38</b>
3.4.1	Como funciona o luz para todos? . . . . .	39
3.4.2	Tarifa social . . . . .	40
3.4.3	Resultados obtidos pelo luz para todos . . . . .	40
	<b>Considerações finais . . . . .</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>	<b>44</b>
	<b>ANEXO A – QUAL O TÍTULO DESSE ANEXO? . . . . .</b>	<b>46</b>

## Lista de ilustrações

Figura 1 – Estrutura de custos 2018/2019. . . . .	18
Figura 2 – Diagrama explicativo (TUSD e TUST). . . . .	21

# Lista de tabelas

Tabela 1 – Encargos setoriais. . . . .	20
--	----



## Lista de abreviaturas e siglas

A	Ampere
ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCC	Conta Consumo de Combustíveis
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
DAEE	Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
ERR	Encargos de Energia de Reserva
ESS	Encargos de Serviços do Sistema
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INCC-M	Índice Nacional do Custo da Construção - Mercado
IPA-M	Índice de Preços por Atacado - Mercado
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-M	Índice de Preços ao Consumidor - Mercado
ONS	Operador Nacional do Sistema
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEE	Programa de Eficiência Energética

---

PIS	Programa de Integração Social
PROINFA	Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RGR	Reserva Global de Reversão
SIN	Sistema Interligado Nacional
TE	Tarifa de Energia
TFSEE	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição
TUST	Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão
W	Watt
V	Volts

## Lista de símbolos

$\Gamma$	Letra grega Gama
$\Lambda$	Lambda
$\zeta$	Letra grega minúscula zeta
$\in$	Pertence

# 1 Introdução

## 1.1 Por que é importante conhecer a conta de luz?

Existe um ditado popular, que diz que “conhecimento é poder”, de fato, conhecer sobre algo te dá poderes. Se ainda não acredita nisso, observe a eletricidade que alimenta os dispositivos ao seu redor.

A eletricidade sempre existiu na natureza, desde antes do surgimento da vida como se conhece hoje. Mas ela não foi sempre essencial para a vida humana, até que o homem passou a conhecer como a eletricidade funcionava, e, com o avanço da tecnologia, pode inseri-la cada vez mais no seu dia a dia. Assim, a eletricidade passou a se tornar um poderoso agente de transformação na qualidade de vida dos seres humanos.

Conhecer a eletricidade foi fundamental para que hoje você possa acessar a internet e assistir a vídeos, jogar e se comunicar através do seu aparelho celular, smartphone, tablet, notebook ou outros.

Da mesma forma, conhecer a sua conta de luz é fundamental, para que você possa transformá-la. Ao conhecer sua conta de luz, você se torna capaz de causar uma mudança e extrair o máximo de benefícios, que não conseguiria, se não soubesse dela.

Por mudança, que fique claro, você pode reduzir o valor da sua “conta de luz”, de forma legal, ou seja, sem cometer um crime, como o furto de energia elétrica, o famoso “gato”, que além de perigoso para quem faz, aumenta o custo do consumo de energia para todas as outras pessoas - caso não saiba, quando uma pessoa faz um “gato”, ela está prejudicando seus amigos, parentes, colegas e familiares, porque a concessionária precisa repassar esses custos para se manter operando com lucro.

Por fim, lembre-se, não se pode mudar aquilo que não se conhece, isso não vale apenas para uma simples conta de luz, mas também para sua vida como um todo, quando sentir que não consegue mudar nada à sua volta, não esqueça, conhecimento é poder, inclusive, se você quiser ter o poder para mudar sua conta de luz, comece com a seguinte pergunta: “O que é uma conta de luz?”.

## 1.2 O que é?

Tratando o assunto “ao pé da letra”, ou seja, conforme os significados das palavras e ações, utilizar a expressão “conta de luz” é considerado por alguns autores uma simplificação da conta, isto devido ao fato de que a luz é apenas uma das formas da energia elétrica utilizada pelos consumidores em diferentes usos, tais como aquecimento, refrigeração e acionamento de aparelhos eletrodomésticos. Ainda neste contexto, o emprego da expressão “relógio de luz” pode ser equivocado no ponto de vista de alguns autores, pois consideram o relógio como um aparelho que indica tempo (em horas, minutos e segundos) e luz não é medida por relógio.

Dessa forma, as expressões “conta de luz” e “relógio de luz”, se referem a um tempo em que a energia elétrica era majoritariamente utilizada nas residências para fins de iluminação e o consumo de energia elétrica ativa dos medidores, denominados ciclométricos, era indicado por quatro ponteiros (unidades, dezenas, centenas e milhares). Nos dias atuais, apesar de existirem alguns medidores antigos em algumas residências, as empresas concessionárias de energia elétrica fazem um forte esforço para substituí-los por medidores com mostradores do tipo digital, que oferecem maior facilidade de “leitura”, tanto pelo consumidor, quanto pelo encarregado desse serviço por parte da empresa. O uso mais correto é “fatura de energia elétrica” para a “conta de luz” e “medidor de energia” para “relógio de luz”.

Partes da fatura de energia elétrica:

Na fatura mensal de energia elétrica o valor total corresponde à soma de três componentes:

- o fornecimento de energia elétrica ativa propriamente dita (valor do consumo em kWh multiplicado pelo valor da tarifa);
- os encargos do setor elétrico e;
- os tributos determinados por lei.

A medição de energia elétrica é empregada, comercialmente, para possibilitar às empresas fornecedoras o faturamento adequado da quantidade de energia elétrica consumida por cada usuário, dentro do critério tarifário estabelecido.

No presente trabalho será tratado apenas da tarifa referente ao consumidor residencial. A tarifa deste âmbito é a **tarifa convencional**, que é aquela aplicada aos consumidores

atendidos pela baixa tensão, além do residencial, também se encontram o rural, cooperativas de eletrificação rural, iluminação pública e cooperativas. Já a tarifa azul é aplicada aos grandes consumidores de energia, aqueles com potência instalada superior a 500 kW e a tarifa verde é adequada para consumidores com demanda situada entre 50 e 500 kW.

Falta coisa:::::

### 1.3 De onde vem?

Para cumprir o compromisso de fornecer energia elétrica com qualidade, as concessionárias distribuidoras têm custos que devem ser avaliados na definição das tarifas. Nessa definição são levados em conta três custos distintos:

- os processos de conversão nas usinas;
- o transporte da energia até as unidades consumidoras (Transmissão e Distribuição) e;
- os encargos setoriais.

Além da tarifa, incidem sobre a conta de energia elétrica tributos tais como: Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Governo Federal; Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), aos Governos Estaduais; e Contribuição do Serviço de Iluminação Pública (CIP), aos Governos Municipais.

Os custos somados pela ANEEL para a definição da tarifa de cada distribuidora são divididos da seguinte forma:

- Custos não gerenciáveis;
  - ↪ Custo de Compra de Energia;
  - ↪ Custos de Transporte de energia: TUST e TUSD;
  - ↪ Encargos;
- Custos gerenciáveis;
  - ↪ Despesas Operacionais;

- ~> Reintegração e Remuneração do Investimento;
- ~> Imposto de renda e contribuição sobre o lucro líquido.

Figura aki

## 2 Sistema Tarifário Brasileiro

### 2.1 Órgão regulador

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi criada para regular o setor elétrico brasileiro, a partir da lei nº 9.427/1996 e do decreto nº 2.335/1997, suas principais funções são regular a geração, fiscalizar as concessões, implementar políticas relativas à exploração, estabelecer tarifas, resolver divergências entre os próprios agentes e entre agentes e consumidores e permitir empreendimentos e serviços de energia elétrica.

### 2.2 Tarifas de energia

Os consumidores de energia elétrica pagam, por meio da conta recebida de sua empresa distribuidora de energia elétrica, um valor correspondente à quantidade de energia elétrica consumida, no mês anterior, estabelecida em quilowatt-hora (kWh) e multiplicada por um valor unitário, denominado tarifa, medido em reais por quilowatt-hora (R\$/kWh), que corresponde ao valor de 1 quilowatt (kW) consumido em uma hora.

As empresas de energia elétrica prestam esse serviço por delegação da União na sua área de concessão, ou seja, na área em que lhe foi dada autorização para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelecer tarifas que assegurem ao consumidor o pagamento de um valor justo, como também garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária de distribuição, para que ela possa oferecer um serviço com a qualidade, confiabilidade e continuidade necessárias.

Para saber mais sobre o assunto e como o custo de cada segmento afeta a tarifa do consumidor será dividida e aprofundada em dois segmentos:

Entendendo a tarifa: Contém informações introdutórias de como a tarifa é calculada, com visões gerais das metodologias aplicadas atualmente;

Tarifas Consumidores: Contém informações de tarifas voltadas aos consumidores, bem como acesso ao ranking de tarifas para os consumidores residenciais e a dados de consumo e receita das distribuidoras.



### 2.2.1 Entendendo a tarifa

Composição da Tarifa Para cumprir o compromisso de fornecer energia elétrica com qualidade, a distribuidora tem custos que devem ser avaliados na definição das tarifas. A tarifa considera três custos distintos: Energia Gerada + Transmissão e Distribuição + Encargos Setoriais.

Além da tarifa, os Governos Federal, Estadual e Municipal cobram na conta de luz o PIS/COFINS, o ICMS e a Contribuição para Iluminação Pública, respectivamente.

Desde 2004, o valor da energia adquirida das geradoras pelas distribuidoras passou a ser determinado também em decorrência de leilões públicos. A competição entre os vendedores contribui para menores preços.

O transporte da energia (da geradora à unidade consumidora) é dividido em dois segmentos, transmissão e distribuição. A transmissão entrega a energia à distribuidora, a distribuidora por sua vez leva a energia ao usuário final.

Os encargos setoriais e os tributos não são criados pela ANEEL e, sim, instituídos por leis. Alguns incidem somente sobre o custo da distribuição, enquanto outros estão embutidos nos custos de geração e de transmissão.

Quando a conta chega ao consumidor, ele paga pela compra da energia (custos do gerador), pela transmissão (custos da transmissora) e pela distribuição (serviços prestados pela distribuidora), além de encargos setoriais e tributos.

Para fins de cálculo tarifário, os custos da distribuidora são classificados em dois tipos:

- Parcela A: Compra de Energia, transmissão e Encargos Setoriais;
- Parcela B: Distribuição de Energia.

Foto aki

### 2.2.2 Tarifas consumidores

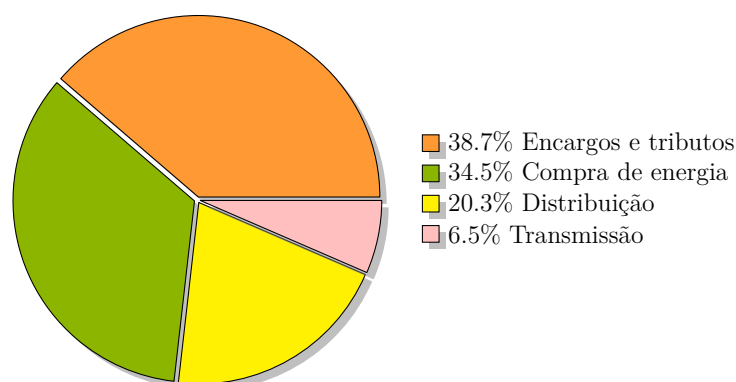
## 2.3 Composição das tarifas

A tarifa de energia é um agregado complexo de custos, os quais envolvem geração, transmissão e distribuição, perdas de energia, impostos, tributos, encargos, entre outros.

Os tributos da conta são: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Vale ressaltar que somente o ICMS, que varia de estado para estado, pode responder sozinho a mais de 30% da conta de luz. Por isso, existem regiões do Brasil que a conta de luz é mais cara quando comparada a de outras.

Apresenta-se um gráfico de elaboração da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), o qual indica a composição tarifária média do Brasil nos anos 2018/2019. O resultado abaixo consolida a receita de todas as faixas de consumo, bem como os tipos de consumidores (industriais, comerciais, residenciais, baixa-renda, etc.) e todos os Estados.

Figura 1 – Estrutura de custos 2018/2019.



Fonte: (ABRADEE, 2018)

Encargos e tributos estes que são distribuídos da seguinte forma:

- 31% Tributos (ICMS, PIS e COFINS)
- 5,1% Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
- 0,4% Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)
- 1,1% Encargos de Serviços do Sistema (ESS) e Encargos de Energia de Reserva (ERR)
- 1,1% Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE)

Ainda que com perspectivas de redução de sua lucratividade buscando renovar as concessões, o setor de distribuição é, um dos que mais acredita e investe no Brasil,

principalmente por ter, como norteadores, a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos brasileiros pelo acesso à energia elétrica, neste cenário se enquadra a Energisa.

Encargos são as contribuições que constam na tarifa de energia elétrica, mas que não são impostos ou tributos, são apenas contribuições instituídas por lei com valores estabelecidos por resoluções ou despachos da ANEEL. Cada encargo visa obter recursos e financiar necessidades específicas do setor elétrico. Ressaltando que a ANEEL é responsável pela implantação e execução de cada encargo, calculando seu valor e retendo os recursos. Alguns dos encargos setoriais da tarifa de energia elétrica e as suas finalidades estão descritos na tabela abaixo:

É importante lembrar que os encargos CCC e RGR foram extintos pela MP 579 e suas principais atribuições foram encampadas pela CDE.

## 2.4 Estrutura tarifaria

A tarifa de energia é o preço cobrado por unidade de energia (R\$/kWh). Essencialmente, espera-se que o preço da energia elétrica seja formado pelos custos incorridos desde a geração até a sua disponibilização aos consumidores. É necessário compreender também, já que a energia elétrica é um bem essencial, não se paga somente pelo consumo propriamente dito, mas também pela sua disponibilidade, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Assim, espera-se que o preço da energia seja suficiente para arcar com os custos de operação e expansão de todos os elementos elétricos que compõem o sistema, desde a usina geradora até o ramal de ligação dos consumidores de baixa tensão, devendo cobrir os investimentos realizados na rede e a sua operação diária, que resultaria em baixos índices de falhas e menores tempos para eventuais consertos.

Ainda existem custos indiretamente relacionados aos componentes físicos do sistema, os encargos e os impostos, que no Brasil não são poucos. Em 2012, os consumidores cativos brasileiros pagavam dez encargos setoriais e quatro impostos e contribuições destinados aos governos federal, municipal e estadual. Em setembro de 2012, o Governo Federal propôs a eliminação dos encargos setoriais Conta Consumo de Combustíveis (CCC) e Reserva Global de Reversão (RGR) os quais serão abordados com mais detalhes a frente.

Em resumo, tarifa de energia elétrica dos consumidores cativos é, de forma um pouco mais detalhada, constituída por:

- Custos com a aquisição de energia elétrica;

Tabela 1 – Encargos setoriais.

CCC	Subsidiar a geração térmica dos sistemas isolados (principalmente na região norte).
RGR	Indenizar ativos vinculados à concessão e fomentar a expansão do setor elétrico.
TFSEE	Prover recursos para o funcionamento da ANEEL.
CDE	Propiciar o desenvolvimento energético a partir das fontes alternativas; prover a universalização do serviço de energia; e subsidiar a tarifa dos consumidores residenciais de baixa renda.
ESS	Subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do SIN.
PROINFA	Subsidiar as fontes alternativas de energia, em geral, mais caras que as fontes convencionais.
P&D	Promover pesquisas científicas e tecnológicas relacionadas à eletricidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.
ONS	Prover recursos para o funcionamento do ONS.
CFURH	Compensar financeiramente o uso da água e terras produtivas para fins de geração de energia elétrica.

Fonte: [ANEEL, 2019]

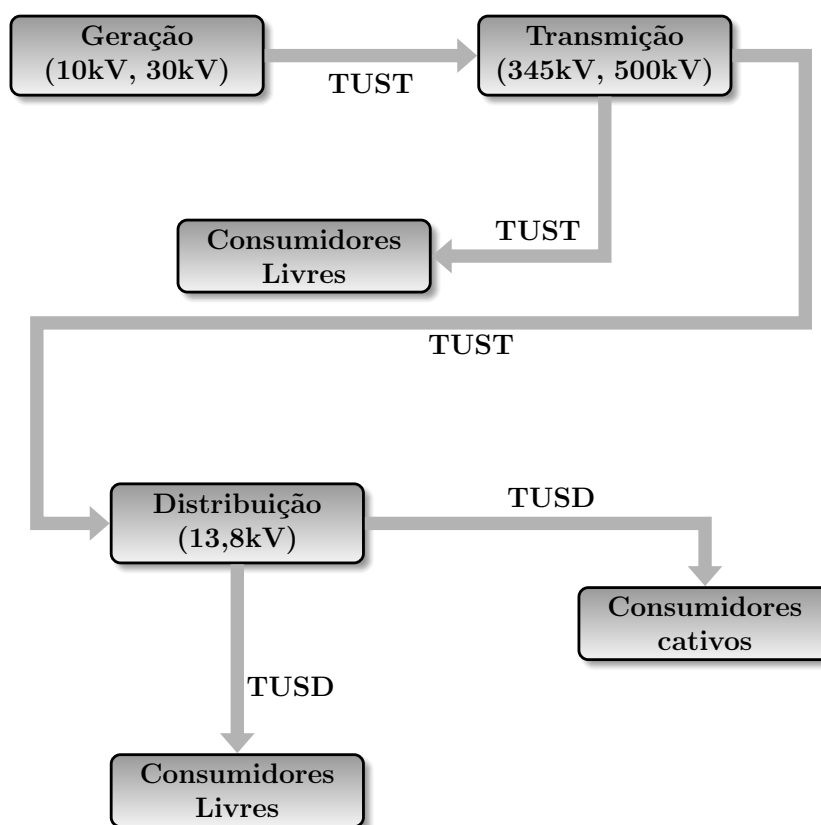
- Custos relativos ao uso do sistema de distribuição;
- Custos relativos ao uso do sistema de transmissão;
- Perdas técnicas e não técnicas;
- Encargos diversos e impostos.

Os custos com a aquisição de energia são aqueles decorrentes da contratação de montantes de energia por meio dos leilões regulados. A empresa distribuidora compra uma

quantidade de energia que considera suficiente para o atendimento do seu mercado cativo. Os custos com energia são alocados na chamada Tarifa de Energia (TE) e repassados integralmente aos consumidores, sem auferir margens de lucro.

Os custos relativos ao uso do sistema de distribuição estão inseridos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), como as despesas de capital e os custos de operação e manutenção das redes de distribuição. Já os custos relativos ao uso do sistema de transmissão, são arrecadados por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Figura 2 – Diagrama explicativo (TUSD e TUST).



Fonte: Autoria própria

Existem dois custos relativos às perdas elétricas, sendo eles, as perdas técnicas e não técnicas. As perdas técnicas são inerentes ao efeito Joule<sup>1</sup> em qualquer circuito elétrico. Assim, todos os consumidores pagam pelas perdas técnicas de energia ocasionadas pelo seu próprio consumo e as perdas não técnicas são resultados de furtos e problemas de

<sup>1</sup> Efeito joule significa uma perda de energia em forma de calor em um circuito qualquer

medição. No Brasil, em algumas áreas de concessão, as perdas não técnicas respondem a boa parte do custo da energia elétrica, ou seja, os consumidores regulares pagam parte do consumo irregular de outros consumidores.

Segundo o (ANEEL; SGT, 2019) a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) utiliza de métodos para determinar qual o nível máximo de perdas não técnicas que as distribuidoras podem repassar aos consumidores, esse método depende da área de concessão na qual a distribuidora está inserida. Áreas com maior complexidade social terão permissão de repasse maior das perdas não técnicas no valor das tarifas.

“Consumidor cativo” é aquele que só pode comprar energia elétrica de sua distribuidora local. O Consumidor Residencial é um dos principais exemplos. O “consumidor livre” é aquele que tem uma demanda mínima de 1,5MW e pode contratar tanto energia convencional (hidrelétricas e termelétricas) quanto energia incentivada (fontes renováveis de energia como eólica, solar e biomassa).

## 2.5 Encargos Setoriais

Os Encargos Setoriais (ES) são integrantes da Parcela A nos processos tarifários, ou seja, são um dos componentes do preço final da tarifa de energia elétrica, repassado aos consumidores pelas distribuidoras por meio da conta de luz, e, portanto, devem ser conhecidos pelo consumidor. Eles fazem parte dos custos não gerenciáveis suportados pelas concessionárias de distribuição que são cobrados por determinações legais aprovadas pelo Congresso Nacional afim de viabilizar o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro e as políticas energéticas do Governo Federal. Cada um dos encargos possui objetivos pré-definidos. A seguir serão descritos os encargos setoriais aplicáveis ao setor elétrico, estes detalhados no módulo 5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

### 2.5.1 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada pela Lei nº 10.438/2002, posteriormente, alterada pelas Leis nº 10.762/2003, nº 10.848/2004 e nº 12.783/2013, e regulamentada pelos Decretos nº 4.541/2002, nº 4.970/2004 e nº 7.891/2013, destinada à promoção do desenvolvimento energético em todo o território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

A partir de 2013, em face da publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida

na Lei nº 12.783/2013, o regime de formação e utilização dos recursos da CDE foi alterado consideravelmente. Em síntese, foram ampliados os objetivos, passando a assumir despesas antes cobertas pelos encargos setoriais Reserva Geral de Reversão – RGR e a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, além de outras, e foi autorizada a transferência de recursos do Tesouro Nacional, mediante previsão no Orçamento Geral da União - OGU. A partir de 2017, com a publicação das Leis nº 13.299/2016 e nº 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE, como a alteração do gestor financeiro, revogações de objetivos e criação de novos subsídios, além da definição de um novo critério de rateio do encargo tarifário, com o estabelecimento de um período de transição até 2030 para eliminar as diferenças de custos entre as regiões e introduzir a diferenciação entre os níveis de tensão do atendimento do consumidor. Atualmente, são objetivos da CDE prover recursos para:

- i. A universalização do serviço de energia elétrica em todo território nacional (Programa Luz para Todos – PLpT);
- ii. A instalação do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada sem o medidor para domicílios rurais com ligações monofásicas ou bifásicas, destinadas a famílias de baixa renda não atendidas pelo PLpT;
- iii. A modicidade da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE aplicada aos consumidores da subclasse residencial baixa renda;
- iv. Compensar benefícios tarifários concedidos aos usuários dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica (gerador e consumidor de fonte incentivada; rural; irrigação e aquicultura em horário especial; cooperativa de eletrificação rural; serviço público de irrigação; serviço público de água, esgoto e saneamento; irrigante e aquicultor em horário especial; e agentes de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano);
- v. A subvenção para cooperativas de eletrificação rural devido à reduzida densidade de carga em relação à principal distribuidora supridora;
- vi. Reembolsar parcela do custo da geração de energia elétrica em sistemas isolados, acima do custo médio da energia no Ambiente de Contratação Regulada do Sistema Interligado Nacional – SIN (ACR médio), de que trata a CCC;
- vii. Promover a competitividade da energia produzida a partir de carvão mineral nacional e a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e outras fontes renováveis;

- viii. Programas de Desenvolvimento e Qualificação de Mão de Obra Técnica, no segmento de instalação de equipamentos de energia fotovoltaica; e
- ix. Gestão e movimentação da CDE, da CCC e da RGR pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, incluídos os custos administrativos, os custos financeiros e os tributos.

As quotas anuais da CDE pagas pelos agentes de transmissão e distribuição de energia elétrica (Quotas CDE USO) devem corresponder à diferença entre a estimativa de gastos totais do fundo e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes de recursos (multas aplicadas pela ANEEL, pagamentos de outorgas pelo Uso do Bem Público – UBP, OGU, RGR e outras). A partir de 1º de maio de 2017 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE assumiu a gestão dos fundos setoriais, em substituição à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. O orçamento anual da CDE deve ser consolidado pela CCEE e submetido ao processo de consulta pública, com aprovação pela ANEEL até o dia 22 de dezembro de cada ano.

#### AKi

O orçamento da CDE de 2020 resultou em um total de gastos de R\$ 22,453 bilhões, sendo a principal fonte de receita as quotas anuais pagas pelos consumidores de energia elétrica, mediante encargo incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, no valor de R\$ 20,645 bilhões.

Em relação aos valores de 2019, verifica-se um aumento de 11% nos gastos e de 27% nas quotas CDE – USO. O aumento das quotas CDE-USO superior ao aumento dos gastos totais deve-se à finalização do pagamento das quotas CDE-ENERGIA, à redução de recursos da RGR e de outras disponibilidades, como a finalização dos parcelamentos concedidos à CELESC e CEEE-D.

A ANEEL aprovou o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2021. O valor total do orçamento ficou em R\$ 23,9 bilhões, enquanto as quotas da CDE-USO, repassadas às tarifas e efetivamente pagas pelos consumidores, tiveram redução de 2,6% em relação ao valor aprovado em 2020. A redução de R\$ 20,1 bilhões para R\$ 19,5 bilhões nas quotas se deve aos efeitos da Medida Provisória nº 998 convertida na Lei nº 14.120, de 2021. A Lei alocou na CDE, para fins de modicidade tarifária, recursos não comprometidos de P&D e eficiência energética no valor de R\$ 2,22 bilhões.



## 2.5.2 Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) é um encargo que objetiva subsidiar os custos anuais de geração de energia elétrica em áreas ainda não integradas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, chamadas de Sistemas Isolados, compostos por centrais elétricas situadas principalmente na Região Norte do Brasil. O custo de geração de energia no SI é mais elevado do que pelo sistema interligado por ser dependente de combustíveis fósseis. Assim, a CCC foi criada pelo art. 13, inciso III da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, e regulamentada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, tendo como objetivo subsidiar a energia elétrica gerada nos "sistemas isolados" para ratear a tarifa de energia entre todos os consumidores de energia elétrica do país.

Até 2012, a CCC era integralmente custeada por todos os consumidores brasileiros, compondo a tarifa de energia elétrica. A partir da promulgação da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a CCC passou a ser custeada pelo encargo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que também compõe a tarifa de energia paga por todos os consumidores.

Por meio do Decreto nº 9.022, de 2017, ocorreu a transferência da gestão da Eletrobras para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, a qual contém também os recursos da CCC.

Segundo a Lei nº 12.111/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.246/2010 e normatizada pela Resolução Normativa ANEEL nº 801/2017, o método de reembolso da CCC tem como base o custo total de geração (combustíveis, geração própria e contratação de energia), subtraída a parcela equivalente ao custo médio da energia e potência comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR méd), que é recuperado nas tarifas dos consumidores dos sistemas isolados.

O orçamento da CCC é orientado por dois documentos. O primeiro, Plano Anual de Operação dos Sistemas Isolados, é elaborado pelo ONS, e apresenta as estimativas das necessidades de geração e o consumo de combustíveis com base no balanço energético entre a carga e as disponibilidades de todas as fontes para cada sistema isolado. O segundo, sob responsabilidade da CCEE, é o Plano Anual de Custos da CCC (PAC). No PAC são previstos os custos da geração conforme indicação do Plano Anual de Operação.

O valor final do orçamento da CDE em 2021 resultou numa redução de R\$ 184 milhões em relação ao orçamento apresentado na Consulta Pública nº 072/2020. Dentre as despesas que contribuíram para o aumento do orçamento em 2021 destacam-se os custos com a tarifa social de energia elétrica, descontos tarifários de fontes incentivadas e gastos com a

Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

### 2.5.3 Reserva Global de Reversão – RGR

A RGR foi criada por meio do Decreto nº 41.019/1957 com o objetivo de gerar recursos para reversão das instalações utilizadas na geração e transporte de energia em favor das concessionárias, além de financiar a expansão e a melhoria do serviço de energia elétrica. A partir da Lei nº 12.783/2013, as concessionárias de distribuição ficam desobrigadas de recolher recursos da RGR. Ademais, foi extinta pela MP 579 e suas atribuições foram passadas para a CDE – Conta de desenvolvimento energético.

### 2.5.4 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA

A Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, o aumento da participação de agentes no setor elétrico.

A Lei nº 10.438/2002, alterada pela Lei nº 12.212/2010, também estabelece, em seu art. 3º, que todos os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela Eletrobras, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

O Decreto nº 5.025/2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. O cálculo das cotas é baseado no Plano Anual do Proinfa (PAP) elaborado pela Eletrobras e encaminhado para a ANEEL.

O valor total das cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), em 2021, será de R\$ 4,044 bilhões. Já o montante de energia elétrica gerado pelas usinas participantes no próximo ano deverá atingir 11,202 milhões de megawatts-hora (MWh). Esses valores foram aprovados durante reunião da diretoria da ANEEL realizada em 8/12/20.

### 2.5.5 Encargo de Serviço de Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER

O ESS foi criado pelo Decreto nº2655/1998 com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a segurança da oferta de energia no país, cobrindo os custos decorrentes das decisões operativas que assegurem essa confiabilidade. O custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e é pago por todos os consumidores, cativos e livres, aos agentes de geração. Considera o custo do despacho de termelétricas por ordem de mérito, por segurança energética, restrições operativas e serviços ancilares. Os ESS são expressos em R\$/MWh e são pagos apenas aos agentes geradores térmicos que atendem a solicitação de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para realizar geração fora da ordem de mérito de custo.

Atualmente existem três tipos de encargos do ESS classificados pelo ONS conforme sua finalidade.

1. Encargo por Restrição Elétrica: ocorre quando há alguma restrição operativa que afeta o atendimento da demanda em um submercado ou a estabilidade do sistema. Essas restrições operativas acarretam duas situações possíveis:

Constrained-on: a usina térmica não está programada, pois sua geração é mais cara. Entretanto, devido a restrições operativas, o ONS solicita sua geração para atender a demanda de energia do submercado. Neste caso, o ESS é usado para ressarcir a geração adicional da usina.

Constrained-off: a usina térmica está despachada. Entretanto, devido a restrições operativas, o ONS solicita a redução de sua geração. Neste caso, o ESS é usado para ressarcir o montante de energia não gerado pela usina.

Encargo por Segurança Energética: ocorre quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao ONS que solicite a geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional.

Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (CAR): É utilizado para ressarcir a geração de usinas termelétricas despachadas para garantir o suprimento energético quando o nível dos reservatórios está próximo a ultrapassar a CAR.

Além desses ESS pagos exclusivamente aos agentes geradores térmicos, existe também o Encargo por Serviços Ancilares, destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada no SIN.

Essas despesas se relacionam com o funcionamento do próprio SIN, e uma vez que o resultado desse serviço é diretamente apropriado pelos consumidores, é esperado o seu custeio por encargo na tarifa.

O EER foi criado pela Lei nº 10.848/2004 e regulamentado pela Resolução Normativa nº 337/2008, com o objetivo de cobrir custos decorrentes da contratação de energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários. O rateio é entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo os consumidores livres e os autoprodutores apenas na parcela da energia decorrente da interligação ao SIN. É definido mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), segundo fórmula prevista em resolução da ANEEL.

### 2.5.6 Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi criada pela Lei nº. 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentado pelo Decreto nº. 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das duas atividades de fiscalização e regulação econômica. A Taxa é paga por todos os consumidores de energia elétrica, incidindo na atividade dos agentes de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica. Equivale a 0,4% do benefício econômico anual dos agentes – antes da edição da Lei nº 12.783/2013, era de 0,5%.

### 2.5.7 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/EE)

O P&D/EE foi criado pela Lei nº 9.991/2000, alterado pela Lei nº 11.465/2007 e Lei nº 12.212/2010, com o objetivo de estimular pesquisas científicas e tecnológicas relacionadas à energia elétrica e ao uso sustentável dos recursos necessários para gerá-la. As Distribuidoras devem aplicar 0,5% da receita operacional líquida, tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia. Outros agentes devem investir 1% em P&D.

### 2.5.8 Contribuição dos Associados – ONS

A contribuição ao ONS está previsto na Lei nº 9.648/1998, regulamentado pelo Decreto nº 2.335/1997, com o objetivo de financiar o funcionamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico, instituição de natureza privada sem fins lucrativos, fiscalizada pela ANEEL, que coordena e controla a operação das geradoras e transmissoras de energia

elétrica no SIN e nos sistemas isolados. O valor é definido anualmente pelo ONS e aprovado pela ANEEL e a maior parte das despesas é custeada por meio de encargo incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão. Como o ONS é uma pessoa jurídica de direito privado, a contribuição é recolhida pelos agentes associados. São associadas empresas de geração, transmissão, distribuição, consumidores livres, importadores e exportadores de energia. É uma instituição fundamental na governança do setor elétrico brasileiro, garantindo um bom funcionamento do SIN o que justifica seu custeio por meio da tarifa.

### 2.5.9 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH está prevista na Constituição Federal de 1988 com o objetivo de compensar financeiramente a União, estados e municípios pelo uso da água e de terras produtivas necessárias à instalação de usinas para geração de energia.

O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a formula (2.1):

$$CFURH = TAR \cdot GH \cdot PER \quad (2.1)$$

Sendo:

- TAR: refere-se à Tarifa Atualizada de Referência estabelecida anualmente pela ANEEL (em R\$/MWh);
- GH: é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica; e
- PERC: é o percentual de 6,75%, definido pela Lei 9.648/1998 e determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 67/2001, a ser aplicado sobre o produto da Tarifa Atualizada de Referência e do montante de geração mensal.

Os recursos arrecadados com a cobrança do encargo são divididos, em maior parte, entre União, estados e municípios. Uma parte dos recursos é direcionada ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

AKI FIGURA

## 2.6 Tributos

Os tributos são pagamentos compulsórios devidos ao Poder Público, a partir de determinação legal, e que asseguram recursos para que o Governo desenvolva suas atividades. No Brasil, os tributos estão embutidos nos preços dos bens e serviços. Isto significa que nas contas de água, luz e telefone, na compra de produtos alimentícios e bens e na contratação de serviços diversos, os consumidores pagam tributos, posteriormente repassados aos cofres públicos pelas empresas que os arrecadam.

Na conta de luz estão presentes tributos federais, estaduais e municipais. As distribuidoras de energia elétrica são responsáveis apenas pelo recolhimento e repasse desses tributos às autoridades competentes pela sua cobrança.

A ANEEL publica, por meio de resolução, o valor da tarifa de energia elétrica sem os tributos, por classe de consumo (residencial, comercial, industrial etc.). Com base nos valores das tarifas publicadas pela ANEEL, a concessionária de serviço público de energia elétrica inclui os tributos (PIS, COFINS, ICMS e CIP) e emite a conta de luz que os consumidores pagam. A seguir serão descritos os tributos aplicáveis ao setor elétrico.

### 2.6.1 Tributos Federais

Os programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são tributos federais cobrados pela União para manter programas voltados ao trabalhador e para atender a programas sociais do Governo Federal. A aplicação desses tributos foi recentemente alterada elevando o valor das contas de energia elétrica. até a sanção das leis n 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004, o PIS e a COFINS eram cumulativos, com alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente. Com a edição das citadas leis, o PIS e a COFINS tiveram suas alíquotas alteradas para 1,65% e 7,6%, respectivamente, e deixaram de ser cumulativas.

Isso quer dizer que a alíquota média desses tributos varia de acordo com o volume de créditos apurados mensalmente pelas concessionárias e com o PIS e a COFINS pagos sobre custos e despesas no mesmo período, tais como a energia adquirida para revenda ao consumidor.

FIGURA E TABELA AKI

## 2.6.2 Tributos Estaduais

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo estadual, previsto no art. 155 da Constituição Federal de 1988, o imposto incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, sendo da competência de cada estado e do Distrito Federal fixar suas alíquotas. A distribuidora tem a obrigação de realizar a cobrança do ICMS diretamente na conta de luz, repassando o valor ao Governo Estadual. O ICMS é cobrado “por dentro”, ou seja, com um peso maior que sua alíquota nominal. Em uma área de concessão com alíquota de ICMS de 25%, por exemplo, a cobrança “por dentro” acaba elevando seu impacto para 33%. Assim, em uma conta de R\$ 100, se o imposto fosse aplicado diretamente, o valor subiria para R\$ 125, mas como o imposto está embutido na própria fórmula de cálculo, o valor passa para R\$133, tendo um peso maior que sua alíquota nominal. Veja o cálculo usando os dois métodos:

Valor com imposto “por fora”:

$$100,00 \cdot 1,25 = R\$125,00$$

Já no método de cálculo “por dentro”:

$$\frac{100,00}{(1 - 0,25)} = R\$133,33$$

O ICMS é regulamentado pelo código tributário de cada estado, ou seja, estabelecido em lei pelas casas legislativas estaduais. Por isso, as alíquotas variam em cada estado.

FIGURA

## 2.6.3 Tributos Municipais

A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP ou COSIP) é um tributo municipal previsto no artigo 149-A da Constituição Federal de 1988, que estabelece, entre as competências dos municípios, dispor sobre a forma de cobrança e a base de cálculo da CIP, mediante lei específica aprovada pela Câmara Municipal. Assim, é atribuída ao Poder Público Municipal toda e qualquer responsabilidade pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. Nesse caso, a concessionária apenas arrecada a contribuição de iluminação pública para o município. O repasse é feito mesmo quando o consumidor deixa de pagar a conta de luz. Esse tributo, no município de Porto Velho, é regido pela Lei Complementar nº

675, de 29 de setembro de 2017, posteriormente regulamentada pelo Decreto Nº 15547 DE 29/10/2018.

De acordo com o portal da transparência do município de Porto Velho a Despesa com Faturas de Iluminação Pública, referente mês de agosto de 2021 conforme prestação de contas ofício CTA/112597/DESC/2021 constante no processo 06.00072-00/2021, foi de um total de R\$ 2.140.523,07.



## 3 Oportunidades e Curiosidades da Conta de Luz

### 3.1 Pré-pagamento

O modelo de pagamento pré-pago (quando a cobrança é realizada em um momento anterior ao consumo), já existe em alguns setores de forma consolidada. Nesse contexto, é possível citar a telefonia móvel, o transporte público (pagamento com um cartão antes do seu uso) e até mesmo alguns modelos de cartões de crédito, por exemplo. A modalidade de pré-pagamento e pós-pagamento eletrônico de energia elétrica foi aprovada pela Resolução Normativa nº 610/2014. De acordo com o texto aprovado, a adesão do consumidor ao modelo de pré-pagamento é voluntária e sem ônus. Além disso, depende de uma decisão da distribuidora em oferecer a modalidade em sua área de concessão. O sistema funcionará da seguinte forma: o consumidor recebe um crédito inicial de 20 kWh, a ser quitado na compra subsequente. Posteriormente, poderá comprar novos créditos quando quiser e quantas vezes desejar, sendo 5 kWh o montante mínimo de compra. A venda dependerá da estratégia que a distribuidora adotar, o que pode ocorrer por meio de agentes credenciados pela distribuidora ou, inclusive, pela internet. A tarifa do pré-pagamento será igual à do pós-pago, no entanto, a distribuidora poderá conceder descontos por sua conta e risco para incentivar os consumidores a aderirem à nova modalidade. Um dos objetivos por trás da medida é a busca do aprendizado por parte do consumidor, pois ele vai passar a compreender qual é o consumo de utilização dos equipamentos e seu gasto periódico. Entre as possíveis vantagens para o consumidor, encontram-se: melhor controle do consumo e energia; mais transparência em relação aos gastos periódicos, com a possibilidade de obter relatórios em tempo real; flexibilidade para adquirir e pagar pela energia elétrica; redução de multas, juros e outras taxas. Para as distribuidoras de energia, a Aneel estima que também serão colhidos benefícios, tais como: redução de custos operacionais; queda da inadimplência; mais transparência e eficiência no relacionamento com o consumidor; diminuição de erros na leitura, faturamento e cortes.

## 3.2 Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE

Foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Por meio dela, são concedidos descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda. A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, regulamenta esse benefício. Os consumidores da subclasse Residencial Baixa Renda são beneficiados com a isenção do custeio da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA. Além destas isenções, no restante da tarifa residencial são aplicados os descontos, de modo cumulativo, de acordo com a tabela a seguir:

### TABELA AKI

Já as famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único que atendam aos requisitos têm desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/mês (quilowatts-hora por mês), e percebem os descontos da tabela a seguir.

### TABELA AKI

Quem tem direito? Para ter direito ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), deve ser satisfeito um dos seguintes requisitos: Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário-mínimo nacional; ou Idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais ou pessoas com deficiência, que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou Família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência (física, motora, auditiva, visual, intelectual e múltipla) cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Como solicitar o benefício? Um dos integrantes da família deve solicitar à sua distribuidora de energia elétrica a classificação da unidade consumidora na subclasse residencial baixa renda, informando:

1. Nome, CPF e Carteira de Identidade ou, na inexistência desta, outro documento de identificação oficial com foto, ou ainda, o RANI, no caso de indígenas;
2. Código da unidade consumidora a ser beneficiada;

3. Número de identificação social – NIS e/ou o Código Familiar no Cadastro Único ou o Número do Benefício – NB quando do recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC; e
4. Apresentar o relatório e atestado subscrito por profissional médico, somente nos casos de famílias com uso continuado de aparelhos.

A distribuidora efetuará consulta ao Cadastro Único ou ao Cadastro do Benefício da Prestação Continuada para verificar as informações prestadas, sendo que a última atualização cadastral deve ter ocorrido em até dois anos.

De onde vêm os recursos para custear os descontos da Tarifa Social de Energia Elétrica? Esse desconto é custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme definido na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017. A distribuidora é ressarcida na exata medida do benefício concedido. Além dos descontos da subclasse residencial baixa renda, os recursos da CDE têm outras finalidades tais como custeio da universalização do serviço de energia elétrica no território nacional e o custeio dos dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, dentre outros. Anualmente, a ANEEL verifica o que deve ser custeado pela CDE e define as cotas da CDE que serão pagas pelas distribuidoras de energia elétrica e, conseqüentemente, repassadas às tarifas dos consumidores. O desconto da Tarifa Social de Energia Elétrica varia de acordo com a faixa de consumo de energia. Isso quer dizer que quanto menor for o consumo, maior será o desconto na sua conta, como apresentado na Figura x.

#### FIGURA

As famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único que atendam aos requisitos para receberem a Tarifa Social de Energia Elétrica têm desconto de 100% até o limite de consumo de 50 quilowatts-hora por mês.

### 3.3 Tarifa Branca

A Tarifa Branca é uma nova opção tarifária para as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão (127, 220, 380 ou 440 Volts), chamado de grupo B. Podem aderir à Tarifa Branca os consumidores das classes: Residencial: denominada subgrupo B1; Rural: denominada subgrupo B2; e Industrial, Comércio, Serviços e outras atividades, Serviço Público, Poder Público e Consumo Próprio: denominada subgrupo B3.

Essa tarifa não está disponível para os consumidores da subclasse Residencial Baixa Renda que recebem benefício tarifário. A Tarifa Branca também não se aplica para a Iluminação Pública (subgrupo B4). Diferente da modalidade Convencional, que tem um único valor de tarifa, a Tarifa Branca possui valores diferentes ao longo do dia. Nos dias úteis, temos 3 valores de tarifa, aplicados de acordo com os períodos (postos): Ponta: tarifa mais elevada; Intermediário: tarifa de valor intermediário; e Fora Ponta: tarifa de valor menor.

Nos fins de semana e feriados nacionais, o valor é sempre da tarifa Fora de Ponta. A Tarifa Fora de Ponta tem valor inferior ao valor da Tarifa Convencional. Isso faz com que a Tarifa Branca seja indicada para quem consegue concentrar seu consumo no período fora de ponta dos dias úteis e nos fins de semanas. Consulte abaixo os valores vigentes da Tarifa Branca para a classe residencial e os postos tarifários de cada distribuidora. Compare também os valores da Tarifa Branca com a Tarifa Convencional vigente.

#### FIGURA

Quais os benefícios? A Tarifa Branca reflete o uso da rede de distribuição de energia elétrica de acordo com o horário de consumo. Assim, quando o consumidor centraliza seu consumo no período fora de ponta, pode reduzir seus gastos com energia elétrica e, ao mesmo tempo, melhorar o fator de utilização das redes - o que reduz ou posterga investimentos. Se o consumidor adotar hábitos que priorizem o uso da energia fora do período de ponta, diminuindo fortemente o consumo nesse horário e no intermediário, a opção pela Tarifa Branca oferece a oportunidade de reduzir o valor pago pela energia consumida. Contudo, a Tarifa Branca não é recomendada se o consumo for maior nos períodos de ponta e intermediário e não houver possibilidade de transferência do uso dessa energia elétrica para o período fora de ponta. Nesses casos, a Tarifa Branca pode resultar em uma conta maior: nessa situação, é mais vantajoso continuar na Tarifa Convencional. Quando optar pela Tarifa Branca? A Tarifa Branca é a melhor opção para consumidores atendidos em baixa tensão que tenham ou que possam ter grande parte de seu consumo concentrado nos períodos fora de ponta, lembrando que, em finais de semana e feriados nacionais oficiais, todas as horas do dia são consideradas fora de ponta. Comparada com a Tarifa Convencional, a Tarifa Branca pode resultar em redução na conta de luz do consumidor na medida em que houver possibilidade de deslocar o consumo de energia elétrica do período de ponta para o de fora de ponta (dependendo da relação entre os valores da Tarifa Branca fora de ponta e o valor da Tarifa Convencional). Se optar pela Tarifa Branca, o consumidor tem que ser disciplinado no gerenciamento de seu consumo, pois o horário de utilização da energia é fundamental para a economia na conta de luz. Caso

não consiga evitar o consumo no horário de ponta, a adesão à Tarifa Branca pode resultar em uma conta maior: nessa situação, é mais vantajoso continuar na Tarifa Convencional. Quando o consumidor poderá aderir à Tarifa Branca? Como foi regulamentado na Resolução Normativa nº 733/2016, o consumidor poderá solicitar a adesão à tarifa branca a partir de 1º de janeiro de 2018. Contudo, existe um cronograma de preferência, de modo a priorizar as solicitações com as seguintes características: 1º de janeiro de 2018, para novas ligações e para unidades consumidoras com média anual de consumo mensal superior a 500 kW/h; 1º de janeiro de 2019 para unidades consumidoras com média anual de consumo mensal superior a 250 kW/h; e, 1º de janeiro de 2020 para todas as unidades consumidoras.

Ademais, deve-se considerar que: a adesão será uma **OPÇÃO** do consumidor e a solicitação deverá ser atendida pela distribuidora em até 30 dias; a opção pela modalidade tarifária Branca poderá ser exercida por todos os titulares de unidades atendidas em baixa tensão, exceto as unidades consumidoras da subclasse baixa renda da classe residencial, do tipo iluminação pública ou às unidades consumidoras que façam uso do sistema de pré-pagamento; a adesão de uma nova ligação, no caso de o consumidor querer iniciar o fornecimento com aplicação da modalidade tarifária Branca, deve ser atendida pela distribuidora dentro dos prazos definidos pela Resolução Normativa nº 414/2010 (máximo de 5 dias em área urbana e 10 dias em área rural); o consumidor poderá retornar à Tarifa Convencional a qualquer tempo, devendo ser atendido pela distribuidora em até 30 dias. Após o retorno à Convencional, uma nova adesão à Tarifa Branca só será possível após o prazo de 180 dias; os custos relativos ao medidor e à sua instalação são de responsabilidade da distribuidora; eventuais custos para alterações no padrão de entrada da unidade consumidora competem ao consumidor; o consumidor poderá solicitar um medidor com funcionalidades adicionais, devendo, porém, arcar com a diferença de preço desse equipamento em relação ao medidor normal; a fatura deverá discriminar os valores de consumo em cada período (ponta, fora de ponta e intermediário). Em quais situações é vantajosa a migração para a Tarifa Branca? Antes de optar pela Tarifa Branca, é preciso que o consumidor faça uma análise sobre o seu perfil de consumo e os hábitos de utilização da energia elétrica ao longo do dia, comparando-os com os períodos de ponta e intermediário definidos para a distribuidora que o atende.

Para os consumidores residenciais, os aparelhos elétricos que mais contribuem com o consumo de energia no período de ponta são o chuveiro elétrico e os equipamentos de condicionamento ambiental, tais como ar-condicionado e aquecedores. Por apresentarem um elevado consumo de energia em comparação com os demais equipamentos, a possibilidade de utilizá-los nos períodos de fora de ponta será fundamental para definir se a adesão à

Tarifa Branca pode ser vantajosa para o consumidor.

O consumidor deve observar a relação entre a Tarifa Branca relativa ao consumo fora de ponta e a Tarifa Convencional. Essas tarifas são definidas anualmente pela ANEEL nos reajustes tarifários e publicadas em resoluções homologatórias, para cada distribuidora.

Quanto maior for a diferença entre a Tarifa Branca fora de ponta e a Tarifa Convencional, maiores serão os benefícios da Tarifa Branca.

Além disso, o consumidor deve considerar outros fatores subjetivos envolvidos na decisão, como os eventuais contratempos de deslocar o consumo e as possíveis vantagens a serem obtidas com isso (relação Tarifa Convencional x Tarifa Branca).

Os consumidores de energia elétrica pagam, por meio da conta recebida de sua empresa distribuidora de energia elétrica, um valor correspondente à quantidade de energia elétrica consumida, no mês anterior, estabelecida em quilowatt-hora (kWh) e multiplicada por um valor unitário, denominado tarifa, medido em reais por quilowatt-hora (R\$/kWh), que corresponde ao valor de 1 quilowatt (kW) consumido em uma hora.

A tarifa não compõe toda a conta de energia, mas uma parte dela. Onde não está inclusa a parcela das tributações. Ela é definida como a parte da geração, distribuição, transmissão e a comercialização da energia.

Seu valor é determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece garantir o fornecimento de energia com segurança, qualidade e assegurar a concessionária receitas de serviço suficientes para cobrir seus custos operacionais, garantindo atendimento aos seus consumidores.

### 3.4 Programa luz para todos

De acordo com dados levantados pelo Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam no Brasil mais de 2 milhões de domicílios rurais sem acesso a energia elétrica, o que representava mais de 10 milhões de brasileiros não atendidos por esse serviço público. Agravando ainda mais esse quadro de exclusão, estimava-se que aproximadamente 90% dessas famílias possuíam renda inferior a três salários-mínimos, vivendo principalmente em localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além do grande número de domicílios a serem atendidos, a menor densidade populacional dessas áreas rurais exigiria a instalação de uma grande quantidade de equipamentos e materiais, demandando um maior esforço das concessionárias e permissionárias de distribui-

ção de energia elétrica e das cooperativas de eletrificação rural, com investimentos possíveis somente a longo prazo e com impacto significativo na tarifa paga pelos consumidores.

Por isso, o governo federal desenvolveu um programa de eletrificação rural para intensificar o ritmo de atendimento, antecipando a universalização do serviço de energia elétrica, e mitigar o impacto tarifário dessas obras, com a alocação de recursos subvencionados e financiados.

Assim, em 11 de novembro de 2003, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos (LPT) foi instituído pelo Decreto nº 4.873.

Inicialmente, estava previsto o atendimento aos domicílios identificados pelo IBGE até o ano de 2008. Entretanto, durante a execução do Programa Luz para Todos, os agentes envolvidos verificaram um número maior de famílias não atendidas com energia elétrica, vivendo em áreas remotas. Esse fato levou a alterações no LPT, com a publicação dos decretos nº 6.442, de 25/04/2008, nº 7.324, de 05/10/2010, nº 7.520, de 08/07/2011, nº 7.656, de 23/12/2011, nº 8.387, de 30/12/2014 e nº 9.357 de 27/04/2018, que resultaram na prorrogação do programa até 2022 e na alteração dos seus objetivos.

Os recursos necessários ao desenvolvimento do programa vêm do governo federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dos agentes executores, por meio de recursos próprios ou oriundos de financiamentos. No passado, os recursos também vinham da Reserva Global de Reversão (RGR), a título de financiamento, e dos governos estaduais envolvidos.

A estrutura operacional do LPT, seus procedimentos e critérios técnicos, financeiros e de priorização de obras são definidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos, aprovado pela Portaria MME nº 38, de 09/03/2004. Esse manual foi reeditado diversas vezes, estando a última versão vigente disponível na página do Programa Luz para Todos mantida pelo MME. No fim de 2013, o LPT completou 10 anos e atingiu a marca de 15 milhões de pessoas beneficiadas. Nesse mesmo ano, o então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, elogiou as conquistas do programa e afirmou que a iniciativa brasileira é um exemplo a ser seguido pelas demais nações.

### 3.4.1 Como funciona o luz para todos?

A primeira regulamentação desse programa social foi em 2003, quando o Luz para Todos surgiu. A meta era alcançar 2 milhões de famílias do meio rural sem energia elétrica,



sendo 90% delas abaixo da linha de pobreza, segundo o Censo do IBGE de 2000. Mas como o Governo Federal não conseguiu atingir o objetivo da universalização desse direito até o prazo de 2011, foi feito um plano de ação a fim de alcançar as famílias que ainda não obtiveram luz elétrica até 2018. A prioridade dessa nova fase seria adentrar comunidades quilombolas e indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas, populações afetadas por empreendimentos do setor elétrico, além de área com poços de água comunitários. A luz elétrica já chegou a 35 mil famílias indígenas, por exemplo. Para conscientizá-las do uso consciente, racional e seguro dessa tecnologia que chegou recentemente a essas aldeias, o programa elaborou cartilhas bilíngues, na língua de cada tribo indígena, em parceria com a Funai.

### 3.4.2 Tarifa social

Você deve estar imaginando: se essas famílias rurais têm certa vulnerabilidade social e econômica, como vão pagar suas contas de luz? Pois bem, aí que entra a tarifa social, que concede descontos nessas faturas para famílias que estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e possuam renda familiar per capita de até meio salário-mínimo. Os descontos podem variar entre 10% e 65% de acordo com o consumo da família e sua renda per capita.

### 3.4.3 Resultados obtidos pelo luz para todos

A meta inicial do Luz Para Todos era atingir 10 milhões de pessoas – em novembro de 2016, eram 3,2 milhões de famílias beneficiadas, cerca de 15,9 milhões de pessoas. Os benefícios principais para essas famílias são na qualidade de vida, como 92,9% dos beneficiados disseram em uma pesquisa de satisfação feita em 2013– 81,8% disseram ter melhoria nas condições da casa; 56,3% consideram-se mais seguros; 40,5% viram surgir mais oportunidades de trabalho. Além disso, coisas que nas cidades não se associa como proporcionado pela energia elétrica, mas que ocorreram a essas famílias foram a melhora da higiene e a oferta de alimentos das famílias. Com relação à educação, houve melhora de: 64,2% das atividades escolares durante o dia e 50,8% durante a noite. 47,7% consideraram haver melhora na saúde familiar e 40,6% viram melhora da disponibilidade de postos de saúde. Nas áreas rurais alcançadas pela luz elétrica, houve melhora na renda familiar de 41,2% das pessoas, fora a melhora na produção agrícola para 31,8% e na própria área agrícola, para 30,7% das pessoas. De maneira mais palpável, o Luz Para Todos permitiu acesso a celulares, computadores e à internet, que não fazia parte da realidade de muitos



moradores de áreas rurais. Na lista de aparelhos mais consumidos após a chegada de luz elétrica, estão:

1. Televisão – aumentou em 81,1% – 2,5 milhões de TVs;
2. Geladeira – aumentou em 78% – 2,4 milhões de geladeiras;
3. Celular – aumentou em 62,3% – 1,9 milhões de aparelhos.

Por fim, mas não menos importante, a existência de energia elétrica na área rural concedeu às mulheres maior independência e autonomia. Por conta da maior sensação de segurança nas comunidades – percepção de 81,8% dos beneficiados entrevistados –, cerca de 245 mil mulheres começaram a trabalhar e outras 309 mil começaram a estudar ou retornaram aos estudos depois do Luz Para Todos.

## Considerações finais

Conclusão do relatório. Aqui você deve incluir suas observações sobre os resultados alcançados, conferir se os objetivos e metas foram cumpridos e discutir as implicações da pesquisa. Também é possível incluir aspectos sobre estudos e trabalhos futuros.

Fusce mauris. Vestibulum luctus nibh at lectus. Sed bibendum, nulla a faucibus semper, leo velit ultricies tellus, ac venenatis arcu wisi vel nisl. Vestibulum diam. Aliquam pellentesque, augue quis sagittis posuere, turpis lacus congue quam, in hendrerit risus eros eget felis. Maecenas eget erat in sapien mattis porttitor. Vestibulum porttitor. Nulla facilisi. Sed a turpis eu lacus commodo facilisis. Morbi fringilla, wisi in dignissim interdum, justo lectus sagittis dui, et vehicula libero dui cursus dui. Mauris tempor ligula sed lacus. Duis cursus enim ut augue. Cras ac magna. Cras nulla. Nulla egestas. Curabitur a leo. Quisque egestas wisi eget nunc. Nam feugiat lacus vel est. Curabitur consectetur.

Suspendisse vel felis. Ut lorem lorem, interdum eu, tincidunt sit amet, laoreet vitae, arcu. Aenean faucibus pede eu ante. Praesent enim elit, rutrum at, molestie non, nonummy vel, nisl. Ut lectus eros, malesuada sit amet, fermentum eu, sodales cursus, magna. Donec eu purus. Quisque vehicula, urna sed ultricies auctor, pede lorem egestas dui, et convallis elit erat sed nulla. Donec luctus. Curabitur et nunc. Aliquam dolor odio, commodo pretium, ultricies non, pharetra in, velit. Integer arcu est, nonummy in, fermentum faucibus, egestas vel, odio.

Sed commodo posuere pede. Mauris ut est. Ut quis purus. Sed ac odio. Sed vehicula hendrerit sem. Duis non odio. Morbi ut dui. Sed accumsan risus eget odio. In hac habitasse platea dictumst. Pellentesque non elit. Fusce sed justo eu urna porta tincidunt. Mauris felis odio, sollicitudin sed, volutpat a, ornare ac, erat. Morbi quis dolor. Donec pellentesque, erat ac sagittis semper, nunc dui lobortis purus, quis congue purus metus ultricies tellus. Proin et quam. Class aptent taciti sociosqu ad litora torquent per conubia nostra, per inceptos hymenaeos. Praesent sapien turpis, fermentum vel, eleifend faucibus, vehicula eu, lacus.

Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Donec odio elit, dictum in, hendrerit sit amet, egestas sed, leo. Praesent feugiat sapien aliquet odio. Integer vitae justo. Aliquam vestibulum fringilla lorem. Sed neque lectus, consectetur at, consectetur sed, eleifend ac, lectus. Nulla facilisi. Pellentesque

eget lectus. Proin eu metus. Sed porttitor. In hac habitasse platea dictumst. Suspendisse eu lectus. Ut mi mi, lacinia sit amet, placerat et, mollis vitae, dui. Sed ante tellus, tristique ut, iaculis eu, malesuada ac, dui. Mauris nibh leo, facilisis non, adipiscing quis, ultrices a, dui.

Porto Velho, RO, Fevereiro de 2022.

---

PROFA. DRA. MAUREN POMALIS C.S.  
PESQUISADOR LÍDER

## Referências

ABRADEE. Associação brasileira de distribuidores de energia elétrica. 2018. Disponível em: <[Acessoem:16ago.2021.](#)> Citado na página 18.

ANEEL; SGT. Perdas de energia elétrica na distribuição, dados referentes ao período de janeiro/2008 a dezembro/2018, obtidos por meio do sistema de acompanhamento de informações de mercado – samp balanço. 2019. Citado na página 22.

GORSKY, S. B. *Alguns Aspectos Epistemológicos Dos Conceitos de Enigma E de Surpresa*. 2012. Nenhuma citação no texto.

# Anexos

## ANEXO A – Qual o título desse anexo?

Texto do anexo.

Nam dui ligula, fringilla a, euismod sodales, sollicitudin vel, wisi. Morbi auctor lorem non justo. Nam lacus libero, pretium at, lobortis vitae, ultricies et, tellus. Donec aliquet, tortor sed accumsan bibendum, erat ligula aliquet magna, vitae ornare odio metus a mi. Morbi ac orci et nisl hendrerit mollis. Suspendisse ut massa. Cras nec ante. Pellentesque a nulla. Cum sociis natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. Aliquam tincidunt urna. Nulla ullamcorper vestibulum turpis. Pellentesque cursus luctus mauris.

Nulla malesuada porttitor diam. Donec felis erat, congue non, volutpat at, tincidunt tristique, libero. Vivamus viverra fermentum felis. Donec nonummy pellentesque ante. Phasellus adipiscing semper elit. Proin fermentum massa ac quam. Sed diam turpis, molestie vitae, placerat a, molestie nec, leo. Maecenas lacinia. Nam ipsum ligula, eleifend at, accumsan nec, suscipit a, ipsum. Morbi blandit ligula feugiat magna. Nunc eleifend consequat lorem. Sed lacinia nulla vitae enim. Pellentesque tincidunt purus vel magna. Integer non enim. Praesent euismod nunc eu purus. Donec bibendum quam in tellus. Nullam cursus pulvinar lectus. Donec et mi. Nam vulputate metus eu enim. Vestibulum pellentesque felis eu massa.

Fusce mauris. Vestibulum luctus nibh at lectus. Sed bibendum, nulla a faucibus semper, leo velit ultricies tellus, ac venenatis arcu wisi vel nisl. Vestibulum diam. Aliquam pellentesque, augue quis sagittis posuere, turpis lacus congue quam, in hendrerit risus eros eget felis. Maecenas eget erat in sapien mattis porttitor. Vestibulum porttitor. Nulla facilisi. Sed a turpis eu lacus commodo facilisis. Morbi fringilla, wisi in dignissim interdum, justo lectus sagittis dui, et vehicula libero dui cursus dui. Mauris tempor ligula sed lacus. Duis cursus enim ut augue. Cras ac magna. Cras nulla. Nulla egestas. Curabitur a leo. Quisque egestas wisi eget nunc. Nam feugiat lacus vel est. Curabitur consectetur.

Suspendisse vel felis. Ut lorem lorem, interdum eu, tincidunt sit amet, laoreet vitae, arcu. Aenean faucibus pede eu ante. Praesent enim elit, rutrum at, molestie non, nonummy vel, nisl. Ut lectus eros, malesuada sit amet, fermentum eu, sodales cursus, magna. Donec eu purus. Quisque vehicula, urna sed ultricies auctor, pede lorem egestas dui, et convallis elit erat sed nulla. Donec luctus. Curabitur et nunc. Aliquam dolor odio, commodo pretium,

ultricies non, pharetra in, velit. Integer arcu est, nonummy in, fermentum faucibus, egestas vel, odio.

Sed commodo posuere pede. Mauris ut est. Ut quis purus. Sed ac odio. Sed vehicula hendrerit sem. Duis non odio. Morbi ut dui. Sed accumsan risus eget odio. In hac habitasse platea dictumst. Pellentesque non elit. Fusce sed justo eu urna porta tincidunt. Mauris felis odio, sollicitudin sed, volutpat a, ornare ac, erat. Morbi quis dolor. Donec pellentesque, erat ac sagittis semper, nunc dui lobortis purus, quis congue purus metus ultricies tellus. Proin et quam. Class aptent taciti sociosqu ad litora torquent per conubia nostra, per inceptos hymenaeos. Praesent sapien turpis, fermentum vel, eleifend faucibus, vehicula eu, lacus.

Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Donec odio elit, dictum in, hendrerit sit amet, egestas sed, leo. Praesent feugiat sapien aliquet odio. Integer vitae justo. Aliquam vestibulum fringilla lorem. Sed neque lectus, consectetur at, consectetur sed, eleifend ac, lectus. Nulla facilisi. Pellentesque eget lectus. Proin eu metus. Sed porttitor. In hac habitasse platea dictumst. Suspendisse eu lectus. Ut mi mi, lacinia sit amet, placerat et, mollis vitae, dui. Sed ante tellus, tristique ut, iaculis eu, malesuada ac, dui. Mauris nibh leo, facilisis non, adipiscing quis, ultrices a, dui.